

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Município de Alandroal

Marinha Grande, 24 de abril de 2018



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS	3
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
3.1 Balanço	6
3.2 Notas ao Balanço	8
3.3 Demonstração de Resultados	23
3.4 Notas à Demonstração de Resultados	24
4. ENDIVIDAMENTO	33
5. CONTROLO ORÇAMENTAL	34
6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	44
7. CONTROLO INTERNO	45
8. FACTOS SUBSEQUENTES	49
9. RELATÓRIO DE GESTÃO	49
10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	49
11. CONCLUSÕES	49
11.1 Reservas	50
11.2 Ênfases	50
11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)	50
12. AGRADECIMENTOS	52





1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2 do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 15 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do **MUNICÍPIO DE ALANDROAL**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 24 de abril de 2018.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:





- a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2017, tendo confirmado os valores do Caixa;
- b) Verificámos os saldos das contas de Depósitos à Ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos custos e proveitos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Inspecionámos os principais elementos do imobilizado corpóreo, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros tendo em vista verificar se foram atualizadas as participações existentes, através do método da equivalência patrimonial ou outro;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:
- Execução Orçamental da Despesa e da Receita, por recurso a Ordens de pagamento e Guias de Receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais;
 - Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
 - Transferências e subsídios correntes;
 - Custos com Pessoal;
 - Outros custos operacionais;
 - Amortizações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
 - Ajustamentos param riscos e encargos;
 - Custos Financeiros;
 - Custos Extraordinários;
 - Vendas e Prestações de Serviços;
 - Transferências e subsídios obtidos e concedidos;





✱

- Proveitos e Ganhos Financeiros;
- Proveitos e Ganhos Extraordinários;

h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;

i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros Entes Públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;

j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;

k) Analisámos por amostragem alguns dos movimentos, efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;

l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Empréstimos Obtidos;

m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas de fundos próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;

n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;

o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de cobranças duvidosa ou de provisões;

p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outros Devedores e de Outros Credores;

q) Verificámos a situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e à CGA;

r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo atualização dos capitais seguros;

s) Analisámos do grau de execução orçamental;

t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.





3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Balanço

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
ATIVO				
Imobilizado				
Bens do Domínio Público	6 915 817	6 931 830	16 013	0,2%
Imobilizações Incorpóreas	683 354	656 494	-26 860	-3,9%
Imobilizações Corpóreas	33 309 870	33 150 800	-159 070	-0,5%
Investimentos Financeiros	802 482	802 548	66	0,0%
Total	41 711 522	41 541 672	-169 850	-0,4%
Circulante				
Existências	199 815	164 118	-35 697	-17,9%
Dívidas de Terceiros				
Clientes c/c	0	0	0	-
Contribuintes c/c	5	6	1	22,9%
Utentes c/c	86 288	73 321	-12 967	-15,0%
Clientes cob. Duvidosa	257 193	280 173	22 980	8,9%
Estado e O. Entes Públicos	12 231	7 794	-4 437	-36,3%
Outros Devedores	737 440	601 659	-135 781	-18,4%
Depósitos em Instituições Financeiras e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	408 324	270 348	-137 976	-33,8%
Caixa	4 461	257	-4 204	-94,2%
Total	1 705 758	1 397 677	-308 081	-18,1%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Proveltos	210 694	376 122	165 428	78,5%
Custos Diferidos	16 919	11 789	-5 130	-30,3%
Total	227 613	387 911	160 298	70,4%
TOTAL DO ATIVO	43 644 894	43 327 260	-317 633	-0,7%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

Contabilistas e Auditores, Lda

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	29 881 412	29 881 479	66	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	159 055	159 055	0	0,0%
Reservas Legais	8 952	66 991	58 038	648,3%
Doações	48 200	48 200	0	0,0%
Reservas decorrentes da transf. de ativos	15 903	15 903	0	0,0%
Resultados Transitados	-17 177 409	-16 373 308	804 100	-4,7%
Resultado Líquido do Exercício	1 160 770	884 922	-275 848	-23,8%
Total	14 096 884	14 683 242	586 358	4,2%
Passivo				
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Provisões p/ O. Riscos e Encargos	336 733	293 439	-43 294	-12,9%
Dívidas a Inst. Financeiras	12 835 026	15 160 856	2 156 339	16,8%
Fornecedores Factoring	1 778 213	694 268	-1 083 946	-61,0%
Total	14 949 972	16 148 563	1 029 100	6,9%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	463 098	743 757	450 149	97,2%
Fornecedores, c/c	2 774 214	722 682	-2 051 532	-74,0%
Fornecedores fact. Rec. Confª	148 137	101 429	-46 707	-31,5%
Clientes e utentes c/ Cauções	4 931	1 584	-3 348	-67,9%
Fornecedores Imobilizado, c/c	161 094	83 282	-77 811	-48,3%
Estado e O. Entes Públicos	37 457	39 422	1 965	5,2%
Outros Credores	651 324	200 855	-450 469	-69,2%
Total	4 240 254	1 893 011	-2 177 753	-51,4%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Custos	456 373	484 993	28 620	6,3%
Proveitos Diferidos	9 901 409	10 117 452	216 043	2,2%
Total	10 357 783	10 602 445	244 663	2,4%
Total do Passivo	29 548 009	28 644 019	-903 991	-3,1%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	43 644 893	43 327 260	-317 633	-0,7%





X

3.2 Notas ao Balanço

I- ATIVO

3.2.1 Imobilizado

- a) O quadro seguinte dá-nos a evolução do Imobilizado Líquido do Município no ano de 2017, por comparação com o ano de 2016:

Rubricas Imobilizado	Saldos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	6 915 817	6 931 830	16 013	0,23%
Imobilizações Incorpóreas	683 354	656 494	-26 860	-3,93%
Imobilizações Corpóreas	33 309 870	33 150 800	-159 070	-0,48%
Investimentos Financeiros	802 482	802 548	66	0,01%
Total	41 711 522	41 541 672	-169 850	-0,41%

- b) O saldo do imobilizado em curso continua elevado em 2017, cerca de 22,3 milhões de euros (24,8 milhões de euros em 2016). Segundo nota 2.6 do Anexo às demonstrações financeiras, a totalidade das obras encontra-se concluída. No decorrer do ano de 2016 iniciou-se o processo de identificação e preparação para transferir o imobilizado para firme, procedimento que será concluído em 2018. Da nossa análise, e tendo em conta que grande parte desse imobilizado diz respeito a imóveis e, por isso, considerando uma taxa de amortização média de 2%, as amortizações do exercício estão subavaliadas em 450.000€, e as amortizações acumuladas subavaliadas em valor incerto.
- c) Durante o ano foram transferidos de imobilizado em curso para imobilizado firme cerca de 2,3 milhões de euros.
- d) O Município considera que não existem bens por registar no património.
- e) Nos documentos de suporte aos abates deve ser referido qual o motivo do mesmo.
- f) Verificámos relativamente aos movimentos do ano:
1. Cerca de 73% dos movimentos do Imobilizado Corpóreo,
 2. Cerca de 100% dos movimentos do Imobilizado Incorpóreo,
 3. Cerca de 85% dos movimentos dos bens do domínio público.
- g) Das nossas análises e relativamente ao Imobilizado Corpóreo entendemos dever validar o seu saldo.





h) Os investimentos financeiros respeitam a:

Investimento Financeiro	Valor €
EDC Mármore	68.071
ALVT	307.204
FAM	427.208
Total	802.548

1. O Município não aplica o MEP às suas participadas por a participação do Município nas mesmas ser inferior a 20%.
 - a) Relativamente à participação na EDC Mármore, SA, não nos foi possível, por não existirem contas disponíveis, emitir opinião sobre a sua implicação na dívida do Município. A participada, à data de 31/12/2015, reunia as condições para dissolução ou alienação ao abrigo do artigo 62º da Lei 50/2012. Foi aprovada em reunião de camara de 24/6/2016 e pela Assembleia Municipal de 24/2/2017 a alienação da participação.
2. Os bens cedidos ao abrigo de contratos de concessão deveriam ser identificados e registado em investimentos financeiros.

3.2.2 Circulante

3.2.2.1 - Existências

- a) As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.
- b) A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Mercadorias	494	446	-47	-9,61%
Ferramentas e Utensílios	1 888	1 544	-345	-18,25%
Artigos de Higiene e Limpeza	4 823	5 151	328	6,80%
Materiais de Construção	46 143	16 622	-29 522	-63,98%
Materiais de Escritório	5 962	7 363	1 400	23,49%
Outros	140 504	132 993	-7 512	-5,35%
Total	199 815	164 118	-35 697	-17,86%





- c) Analisámos, por amostragem, alguns saldos finais desta rubrica, para verificar da conformidade dos inventários com as existências reais.
- d) Existem no inventário vários itens sem rotação nos últimos 3 anos. Deve ser averiguada a sua razoabilidade por forma a concluir se vão ser utilizados no futuro ou se devem ser constituídas provisões.
- e) A rubrica tem pouco peso no balanço. Depois das nossas verificações, mesmo tendo em atenção o que pode advir do observado em d), validamos o saldo da conta.

3.2.2.2 - Clientes c/c, Contribuintes e Utentes c/c

- a) O conjunto destas contas conta apresenta um saldo líquido de 353.500€, conforme quadro seguinte:

	Saldos em €		
	31/12/2016	31/12/2017	Variação €
Contribuintes c/c			
Taxas	5	6	1
Total	5	6	-1
Utentes c/c			
Água	84 478	73 111	-11 366
Mercados e Feiras	0	0	0
Rendas Alugueres e habitação e outras	1 681	80	-1 601
Outros	129	129	0
Total	86 288	73 321	12 967
Cobranças Duvidosas			
Cobranças em atraso	611 379	562 653	-48 726
Cobranças em litígio	0	4 712	4 712
Total	611 379	567 365	44 014
Provisões			
Cobranças Duvidosas	354 186	287 192	-66 994
Total	354 186	287 192	66 994
Total	343 486	353 500	10 014

- b) O saldo de clientes de cobrança duvidosa é, a 31/12/2017, de 567.365€ e o saldo das provisões constituídas (287.192€). Apesar de constituídas de acordo com o critério do POCAL, as provisões são insuficientes em cerca de 280.000€ ao necessário para cobrir os saldos em risco.





X

3.2.2.3 - Estado e Outros Entes Públicos

Apresenta o seguinte saldo, que validamos:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
IVA	12 231	7 794	-4 437	-36,27%
Total	12 231	7 794	-4 437	-36,27%

3.2.2.4 - Outros Devedores

a) A conta apresenta um saldo de 601.659€, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Estado	49 323	0	-49 323	-100,00%
Fundos Comunitários	114 013	56 497	-57 516	-50,45%
Devedores diversos	574 105	545 162	-28 943	-5,04%
Total	737 440	601 659	-135 781	-18,41%

- b) Em conjunto com os saldos de Outros Credores, circularizámos 44% do saldo das contas de Outros Devedores e Credores, utilizando a circularização e outras fontes de informação interna.
- c) Não foram encontradas divergências, pelo que validámos o saldo apresentado em balanço.
- d) O saldo ativo da conta 2688- Devedores por acordo de cooperação no valor de 332 446€ foi regularizado em 2018 (documento de anulação nº 16/2018).

3.2.3 Disponibilidades

3.2.3.1 - Caixa

- a) O saldo de caixa é de 257€, uma vez que o valor em caixa não foi depositado em final de ano.
- b) Durante o ano efectuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existentes, sem ter encontrado diferenças.





- c) Verificámos ao longo do ano alguns lançamentos nesta conta não tendo detetado erros, pelo que, validamos o saldo da conta.

3.2.3.2 - Depósitos à Ordem

- a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Entidades Bancárias	Valor
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS - DO	251 960
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA - DO	9 410
BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO - DO	5 829
MILLENIUM - BCP - DO	0
BANCO ESPIRITO SANTO - DO	3 150
FUNDO REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL	0
Total	270 348

- b) Testamos todas reconciliações de dezembro e verificámos os movimentos em aberto.
- c) As situações pendentes referida no relatório do ano anterior, foram regularizadas em 2017.
- d) É nossa opinião que os valores em DO correspondem a valores líquidos suscetíveis de utilização por parte do Município.

3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

3.2.4.1 - Acréscimos de Proveitos

- a) Trata-se de Proveitos a reconhecer no próprio exercício, por o serviço/venda realizado ou impostos a receber, mas sem documentação vinculativa.
- b) No ano de 2017 tiveram uma variação positiva de 165.428€, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Outros acréscimos de proveitos	210 694	376 122	165 428	78,52%
Total	210 694	376 122	165 428	78,52%

- c) Foi correctamente considerado, o montante de IMI a receber em 2018 respeitante ao exercício de 2017.





3.2.4.2 - Custos Diferidos

- a) Trata os custos liquidados no exercício que respeitam ao exercício seguinte.
- b) Elevaram-se no ano de 2017 a 11.789€, conforme quadro:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Descontos de emissão de obrigações	0	0	0	-
Outros custos diferidos	16 919	11 789	-5 130	-30,32%
Total	16 919	11 789	-5 130	-30,32%

- c) Validámos o saldo da conta.





X

II- PASSIVO

3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo

3.2.5.1 - Provisões p/ O. Riscos e Encargos

As Provisões para processo judiciais em curso têm como suporte informação dos advogados do Município, de acordo com nota 2.27 do Anexo.

3.2.5.2 - Empréstimos Obtidos - Médio e Longo Prazo

- a) Confirmámos o saldo apresentado com um total de 15.904.613€, através da análise da informação que obtivemos de três fontes de informação - DGAL, Banco de Portugal e mapas internos, e sua confrontação com a informação disponível no Município.
- b) Em resumo, o volume e valor dos empréstimos bancários a médio e longo prazo existentes a 31/12/2017, e o seu comparativo com o final do ano de 2016 é o que consta do quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Refª	Valor em €		Variação	
		31/12/2016	31/12/2017	€	%
Não excepcionados					
CGD	12000993991	433 804	280 611	-153 192	-35,3%
CGD	9015003388491	38 532	30 938	-7 595	-19,7%
CGD	9140013635491	257 225	220 688	-36 538	-14,2%
CGD	9015005108491	71 927	63 929	-7 998	-11,1%
CGD	9015001890870010	216 988	216 988	0	0,0%
CGD	90150044565391	12 819	8 547	-4 272	-33,3%
BPI	1739612830007	433 624	384 111	-49 513	-11,4%
BPI	1739612830071	0	0	0	-
Excepcionados					
CGD	9015004439891	100 763	61 261	-39 501	-39,2%
CGD	9015004000791	13 835	11 872	-1 963	-14,2%
Fundo de Apoio Municipal		11 255 510	13 712 421	2 456 911	21,8%
Médio Longo Prazo		12 835 026	15 160 856	2 156 339	16,8%
Curto Prazo		463 098	743 757	450 149	97,2%
TOTAL		13 298 124	15 904 613	2 606 489	19,6%

- c) O acréscimo deste tipo de Empréstimos deve-se essencialmente ao acréscimo do FAM.
- d) O saldo de curto prazo foi corretamente incluído no balanço como dívidas de curto prazo.
- e) Validamos o saldo da conta.





**3.2.5.3 - Fornecedores c/c e Fornecedores faturas em receção e conferência -
Médio e Longo Prazo e Curto Prazo**

a) Confirmámos o saldo apresentado com um total de 1.274.261€, através da circularização que fizemos à conta de fornecedores, não tendo detetado divergências significativas na conciliação.

b) O saldo respeita a:

Fornecedores	Saldos em €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Contas Gerais				
Curto Prazo	2 774 214	722 682	-2 051 532	-73,95%
ML Prazo - <i>factoring</i>	1 327 143	450 150	-876 993	-66,08%
Faturas em receção e conferência	148 137	101 429	-46 707	-31,53%
Total	4 249 494	1 274 261	-2 975 232	-70,01%

c) Confirmámos o saldo apresentado através da circularização que fizemos à conta de fornecedores.

d) Circularizámos a 31/12/2017, saldos, que correspondiam a 53% dos existentes.

e) No decorrer de 2018 devem ser analisados os saldos dos terceiros Medidata e GESAMB para analisar as diferenças de circularização detetadas.

e) O saldo de faturas em receção e conferência deve ser analisado em 2018 para que não seja reconhecido nesta conta saldo que já deveria estar reconhecido em conta corrente. Define-se como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias, sendo permitido o prazo máximo de 30 dias.

d) Das respostas obtidas e dos procedimentos alternativos realizados para confirmação dos saldos, validamos o valor dos mesmos.

3.2.5.4 - Outros Credores - Médio Longo Prazo

a) De acordo com o quadro seguinte, foram consideradas as seguintes contas como médio e longo prazo:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Outros Credores - MLP				
Fornecedores de Imobilizado - MLP	97 835	0	-97 835	-100,00%
Freguesias	21 182	0	-21 182	-100,00%
Fundo de Apoio Municipal	244 118	244 118	0	0,00%





Outros subsídios	16 748	0	-16 748	-100,00%
Outros credores diversos	71 188	0	-71 188	-100,00%
Total	451 070	244 118	-206 953	-45,88%

b) O saldo do FAM a ser pago em 2018 (cerca de 60.000€), deveria estar refletido em curto prazo.

c) Validamos o saldo desta conta.

3.2.6 Dívidas de Curto Prazo

3.2.6.1 - Empréstimos de curto Prazo - Curto Prazo

Confirmámos o saldo apresentado na conta Empréstimos de curto prazo, num total de 743.757€, através da análise da informação que obtivemos de três fontes de informação - DGAL, Banco de Portugal e mapas internos, e sua confrontação com a informação disponível no Município, conforme Quadro do Ponto 3.2.5.2.

3.2.6.2- Fornecedores de Imobilizado c/c

a) Apresenta um valor de 83.282€ em 2017 contra 161.094€ em 2016, tendo decrescido no ano (48,3%), conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Fornecedores de Imobilizado c/c	161 094	83 282	-77 811	-48,30%
Total	161 094	83 282	-77 811	-48,30%

b) Foram enviadas cartas de circularização a vários fornecedores de imobilizado. No conjunto das contas 26 circularizámos 44% dos saldos sem se apurarem divergências relevantes.

c) Validamos o saldo desta conta.





3.2.6.3 - Estado e O. Entes Públicos

a) Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 39.422€, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
IRS	18 111	19 616	1 505	8,31%
Restantes impostos	161	0	-161	-100,00%
Segurança Social	19 023	19 606	583	3,06%
Outras tributações	162	200	38	23,60%
Total	37 457	39 422	1 965	5,25%

b) Foram solicitadas certidões e confirmada a situação de não existência de saldos em dívida.

c) Saldos em aberto correspondem a movimentos de dezembro que são liquidados em janeiro de 2018.

d) Validámos o saldo da conta.

3.2.6.4 - Outros Credores - Curto Prazo

a) São os que constam do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Fornecedores de Imobilizado c/caução	65 520	64 462	-1 058	-1,62%
Pessoal	0	0	0	-
Sindicatos	768	817	49	6,39%
Credores Diversos	585 035	135 575	-449 460	-76,83%
Total	651 324	200 855	-450 469	-69,16%

b) Relativamente à comparticipação de projetos comunitários, continua a existir, embora de menor montante, divergência entre as fontes de informação consultadas, não sendo possível apurar qual está correta. É conveniente que em 2018 se uniformize o procedimento de reconhecimento dos pedidos de pagamentos.

* Conta 2682 (patrimonial) 56.497 €

* Receita por cobrar (orçamental) 65.296 €

c) Circularizámos 24% dos saldos e conciliámos com outras fontes de informação interna.

d) O saldo da ADSE deve ser analisado em 2018.





- e) O saldo de anos anteriores da conta 268892 deve ser analisado em 2018 por forma a aferir da sua cobrabilidade.
- f) Conforme referido no ponto 2.26 do Anexo existem garantias prestadas pelo Município a terceiros não refletidas.
- g) Analisado a circularização, validámos os saldos.

3.2.7 Acréscimos e Diferimentos

3.2.7.1 - Acréscimos de Custos

- a) Esta conta serviu de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior.
- b) O saldo contempla:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Remunerações a liquidar	402 358	427 661	25 303	6,29%
Juros a liquidar	1 050	1 838	788	75,02%
Outros	52 965	55 495	2 530	4,78%
Total	456 373	484 993	28 620	6,27%

- c) Verificámos e analisámos os valores estimados para acréscimos de custos registados pelo Município.
- d) A parte que contempla remunerações a liquidar, trata as férias e subsídios de férias de 2017 a liquidar em 2018.
- e) Validámos o saldo da conta.

3.2.7.2 - Proveitos Diferidos

- a) Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

CONTABILIDADE E FINANÇAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
PROTOCOLO-POSTO TERRITORIAL DA G.N.R	332 447	647 286	314 839	94,70%
REQUAL. DO CM 1109 -ENTRE ALD. ROSÁRIO E FERREIRA CAPELINS	377 334	356 371	-20 963	-5,56%
REQUAL. DO CM 1109 TROÇO ÁGUAS FRIAS	414 003	414 003	0	0,00%
CENTRO DE SAUDE DE ALANDROAL	322 581	322 581	0	0,00%
COMPLEXO DESPORTIVO DE ALANDROAL	650 265	641 820	-8 445	-1,30%
DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO	17 199	17 199	0	0,00%
REABILITA. ED. ESCOLA PRIM. DE ALANDROAL	75 473	75 473	0	0,00%
RECUPERAÇÃO DA REDE ESCOLAR CONCELHO	30 201	30 201	0	0,00%
CENTRO ESCOLAR DE TERENA	58 468	81 727	23 259	39,78%
OUTROS	11 090	11 090	0	0,00%
REQUALIFICAÇÃO DO INTERIOR E ILUMINAÇÃO DO CASTELO	260 711	246 227	-14 484	-5,56%
CENTRO EDUCATIVO DE PIAS	737 583	719 529	-18 055	-2,45%
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	55 285	55 285	0	0,00%
PE~AQUA	133 924	133 924	0	0,00%
ARRANJO URBANISTICO DO LG DO ARREQUIZ	332 726	332 726	0	0,00%
ARRUAMENTOS DOS ORVALHOS	210 127	210 127	0	0,00%
FORUM CULTURAL	845 400	750 293	-95 108	-11,25%
POSTO DE TURISMO DE TERENA	16 682	16 682	0	0,00%
ZONA OFICIAL SANTIAGO MAIOR	83 038	83 038	0	0,00%
LADEIRA DO ADRO-TERENA	108 418	108 418	0	0,00%
JARDIM INFANCIA PIAS	133 380	133 380	0	0,00%
COMPLEXO DESPORTIVO DE ALANDROAL	667 155	667 155	0	0,00%
REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENV.CASTELO-PRA A	223 021	223 021	0	0,00%
REPAVIMENTA TROÇO EM 541 HORTINHAS	9 400	9 400	0	0,00%
BENEFICIAÇÃO DO CM 1110/EN373 E A MINA	27 507	27 507	0	0,00%
PISCINAS MUNICIPAIS DO ALANDROAL	486 040	486 040	0	0,00%
E.M. 511 ENT. EN 255 E EM 546 MONTEJUNTOS	135 042	135 042	0	0,00%
LOTEAMENTO DO PARQUE INDUSTRIAL-2 FASE	284 969	284 969	0	0,00%
BENEFICIAÇÃO DO CM 1186 ENTRE O CM 1109	250 714	250 714	0	0,00%
PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO INTEGRADO	639 793	621 026	-18 767	-2,93%
REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENV.CASTELO-II	297 663	297 663	0	0,00%
AMPLIA. CENTRO EDUCATIVO DE ALANDROAL	9 880	9 880	0	0,00%
CRECHE DE PIAS	388 391	367 030	-21 360	-5,50%
REAB. ACESSOS PL. AGUA ALB. ALQUEVA-JURO	124 350	124 350	0	0,00%
REQ. INTº E ILUMINACASTELO DE ALANDROAL	331 556	331 556	0	0,00%
COOP. O TRANSF. PORTUGAL-ESPANHA	24 255	24 255	0	0,00%
REDE CULTURAL TERRAS DE SOL	57 076	57 076	0	0,00%
REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA ABASTECIMENTO	228 728	228 728	0	0,00%
ARRANJOS EXTERIORES RUA INFANTE	41 391	41 391	0	0,00%
ELECT. RURAL ZONA PERIM. REGA LUCEFECIT	460 066	460 066	0	0,00%
Conclusão do sistema de saneamento	0	75 126	75 126	#DIV/0!
OUTROS	8 078	8 078	0	0,00%
Total	9 901 409	10 117 452	216 043	2,18%

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE POR QUOTAS



- c) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, que se encontram associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- d) A rubrica de proveitos diferidos encontra-se sobreavaliada. Existem bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em funcionamento, não tendo transitado para imobilizado firme e consequentemente sujeitos a amortização e a reconhecimento de proveito de subsídios ao investimento. De acordo com o ponto 2.7 do Anexo às demonstrações, estima-se que os proveitos estão subavaliados em 78.750 euros.





III - FUNDOS PRÓPRIOS

3.2.8 Fundos Próprios

Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Património	29 881 412	29 881 479	66	0,00%
Ajustamentos de Capital	159 055	159 055	0	0,00%
Subsídios	0	0	0	-
Reservas legais	8 952	66 991	58 038	648,30%
Doações	48 200	48 200	0	0,00%
Reservas decorrentes da transf. de ativos	15 903	15 903	0	0,00%
Resultados Transitados	-17 177 409	-16 373 308	804 100	-4,68%
Resultado Líquido	1 160 770	884 922	-275 848	-23,76%
Total	14 096 884	14 683 242	586 358	4,16%

3.2.8.1 - Património

A sua variação no ano corresponde à integração no imobilizado e no Património de bens que estavam por inventariar.

3.2.8.2 - Ajustamentos de partes de capital

Manteve o valor de 2016.

3.2.8.3 - Reservas Legais

Referente a 5% do Resultado líquido de 2016.

3.2.8.4 - Doações

Manteve o valor de 2016.

3.2.8.5 - Resultados transitados

- a) Relativamente a 2016 esta conta teve uma variação positiva de 804.100€, que derivam da aplicação de parte dos resultados do ano de 2016 bem como de outras movimentações nas contas resultantes de valores de anos anteriores, ainda não movimentados, nomeadamente:





- i) Reconhecimento de amortizações de anos anteriores
 - ii) Regularização de financiamento de subsídios
- b) Analisámos e concordámos com as movimentações efetuadas na rubrica.

3.2.8.6 - Resultados Líquidos

Trata-se do Resultado Líquido apurado na DR, que foi positivo em 884.922€.





3.3 Demonstração de Resultados

Rubricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31/12/2016	31/12/2017	2016	2017
Custos e Perdas				
CMVMC	159 027	319 519	2,1%	3,8%
FSE	1 971 893	2 302 532	25,7%	27,2%
Pessoal	3 084 757	3 259 821	40,2%	38,5%
Transferências e Subs. Concedidos	513 524	611 339	6,7%	7,2%
Amortizações do exercício	1 391 342	1 476 340	18,1%	17,4%
Provisões do exercício	87 885	118 254	1,1%	1,4%
Outros Custos e Perdas Operacionais	22 520	18 390	0,3%	0,2%
Custos e Perdas Financeiros	373 459	292 931	4,9%	3,5%
Custos e Perdas Extraordinários	62 924	65 774	0,8%	0,8%
Total Custos	7 667 332	8 464 901	100,0%	100,0%
Proveitos e ganhos				
Vendas e Prestações de Serviços	1 034 399	975 376	11,7%	10,4%
Impostos e Taxas	838 194	1 228 048	9,5%	13,1%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	0	0	0,0%	0,0%
Proveitos Suplementares	43 209	32 324	0,5%	0,3%
Transferências e Subs. Obtidos	6 344 500	6 300 310	71,9%	67,4%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0	0,0%	0,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	325 804	320 154	3,7%	3,4%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	241 995	493 611	2,7%	5,3%
Total Proveitos	8 828 101	9 349 823	100,0%	100,0%
Resultados	1 160 770	884 922		





W

3.4 Notas à Demonstração de Resultados

3.4.1 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rubricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se, de uma forma geral documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
 - Proposta de aquisição de serviço;
 - Cabimento;
 - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
 - Adjudicação;
 - Compromisso;
 - Requisição/nota de encomenda;
 - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
 - Autorização do pagamento;
 - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluimos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

3.4.1.1 - Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b) Testámos cerca de 37% do movimento do ano, não existindo ajustamentos a propor.
- c) Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
 - Ferramentas e utensílios;
 - Artigos de higiene e limpeza;
 - Materiais de construção;
 - Material de escritório;
 - Outros.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

ESTRUTURAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS

d) O apuramento dos CMVMC'S está de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Existências Iniciais	126 101	199 815	73 714	58,46%
Compras +/- Regularização de existências	232 742	283 822	51 080	21,95%
Existências Finais	199 815	164 118	-35 697	-17,87%
CMVMC	159 027	319 519	160 492	100,92%

e) No final, pudemos validar os custos do exercício nesta rubrica.

3.4.1.2 - Fornecimentos e Serviços Externos

a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2016 para 2017:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Subcontratos	4 195	173 615	169 419	4038,45%
Eletricidade	6 175	341 239	335 064	5426,17%
Combustíveis	130 403	137 585	7 182	5,51%
Rendas	40 004	76 766	36 762	91,89%
Comunicação	34 209	20 623	-13 586	-39,71%
Seguros	56 927	35 700	-21 227	-37,29%
Honorários	141 831	120 216	-21 616	-15,24%
Conservação e reparação	51 296	56 951	5 655	11,02%
Trabalhos Especializados	1 135 276	731 957	-403 319	-35,53%
Outros	371 577	607 881	236 304	63,59%
Total	1 971 893	2 302 532	330 639	16,77%

- b) Aumentaram, no seu conjunto, relativamente a 2016, cerca de 17%.
- c) No ano de 2016 parte dos valores (significativos) de electricidade estavam reconhecidos como trabalhos especializados, o que não afectava as contas como um todo. Neste ano fez-se a correcção desta forma de contabilização o que justifica as grandes diferenças entre 2016 e 2017 daquelas rubricas.
- d) Analisámos os movimentos na conta, tendo tido especial atenção para os valores mensais que se distanciavam dos valores normais para cada uma das sub-rubricas da conta.
- e) Verificamos 71% dos movimentos do ano, não tendo detetado quaisquer incorrecções, pelo que validamos o saldo da conta.
- f) Validámos os valores da conta.





3.4.1.3 - Custos com Pessoal

a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2016 para 2017:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Órgãos Autárquicos	49 409	85 483	36 074	73,01%
Remunerações ao Pessoal	2 408 374	2 519 557	111 183	4,62%
Pensões	496	9 218	8 722	1757,98%
Encargos s/ Remunerações	559 270	576 256	16 985	3,04%
Seguros de acidentes no trabalho	0	5 469	5 469	-
Outros Custos com Pessoal	67 208	63 838	-3 370	-5,01%
Total	3 084 757	3 259 821	175 063	5,68%

b) Tiveram um acréscimo de 5,68%, relativamente a 2016.

c) Validamos os saldos da conta.

3.4.1.4 - Transferências e Subsídios Concedidos

a) Trata-se de subsídios atribuídos a Entidades Externas, nomeadamente a Famílias e a Instituições sem fins lucrativos. Aumentaram, relativamente a 2016, em 19,05%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Freguesias	43 855	282 568	238 712	544,32%
Associações de Municípios	54 379	98 654	44 275	81,42%
Outras	68 645	46 253	-22 392	-32,62%
Administrações privadas	33 715	20 360	-13 355	-39,61%
Famílias	282 655	145 808	-136 847	-48,41%
Cartão social idoso	30 026	17 616	-12 409	-41,33%
Cartão jovem munícipe	250	0	-250	-100,00%
Subsídios correntes concedidos	0	80	80	-
Total	513 524	611 339	97 815	19,05%

b) O acréscimo está essencialmente ligada às transferências para as Freguesias e Associações de Municípios.

c) Todas as transferências efetuadas pelo Município devem ser suportadas por documento valido emitido pelo beneficiário do mesmo (fatura, fatura/recibo). Quando por motivos legais não existir obrigatoriedade para emissão de fatura ou recibo, deve-se solicitar que a entidade beneficiária assine e carimbe a nota de pagamento.





- d) Testámos cerca de 50% do movimento do ano, concluindo que não existem ajustamento a propor.
- e) No final validamos os custos apresentados na rubrica.

3.4.1.5 - Outros Custos Operacionais

- a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Impostos e taxas	19 479	10 532	-8 946	-45,93%
Quotizações	10	7 858	7 848	78481,60%
Outros	3 031	0	-3 031	-100,00%
Total	22 520	18 390	-4 129	-18,34%

- b) Tiveram uma diminuição de 4.129€ em 2017, relativamente a 2016.
- c) Verificámos 28% dos movimentos do ano, não tendo detetado anomalias.
- d) Validámos o valor da conta.

3.4.1.6 - Amortizações

- a) Analisámos a sua relação com o imobilizado líquido, tendo concluído que apresenta um ligeiro aumento relativamente a 2016.
- b) Os valores distribuíram-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Bens do Domínio Público	1 111 436	965 418	-146 018	-13,14%
Imobilizações Incorpóreas	32 297	108 199	75 902	235,01%
Imobilizações Corpóreas	247 609	402 723	155 114	62,64%
Investimentos Financeiros	0	0	0	-
Total	1 391 342	1 476 340	84 998	6,11%

- c) Validamos o saldo da conta.



3.4.1.7 - Ajustamentos (Provisões)

- a) Verificámos os movimentos do ano e conciliámos com as respostas dos advogados do Município.
- b) Aumentaram de 2016 para 2017 de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Para cobranças duvidosas	0	118 254	118 254	-
Para riscos e encargos	87 885	0	-87 885	-100,00%
Total	87 885	118 254	30 369	34,56%

- c) Apesar de no ano terem sido constituídas de acordo com o POCAL, há uma insuficiência de provisões de 280.000€, conforme referido no ponto 3.2.2.2 b).

3.4.1.8 - Custos e perdas financeiras

- a) Decompõem-se em:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Juros suportados	372 196	290 779	-81 418	-21,87%
Outros	1 262	2 153	890	70,51%
Total	373 459	292 931	-80 527	-21,56%

- b) Verificou-se um decréscimo no conjunto destes custos de 2016 para 2017 de 21,56%.
- c) Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2016.
- d) Efetuámos a verificação de uma amostra aleatória de cerca de 85% dos lançamentos efetuados, tendo aceiteado os valores movimentados.

3.4.1.9 - Custos e perdas Extraordinários

- a) Esta conta agrega as rubricas seguintes:



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

Contabilidade e Auditoria

X

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Transferências de capital concedidas	0	14 929	14 929	-
Perdas em existências	16	123	108	681,51%
Perdas em imobilizações	1 407	0	-1 407	-100,00%
Correções de Exercícios Anteriores	31 708	25 385	-6 323	-19,94%
Outros	1 450	13 637	12 186	840,24%
Subsídios concedidos	28 343	11 700	-16 643	-58,72%
Total	62 924	65 774	2 850	4,53%

- b) Testámos a 69% dos movimentos do ano, não existindo ajustamento a propor.

3.4.2 Proveitos

3.4.2.1 – Vendas e Prestações de serviços

- a) Relativamente a 2016, existe um decréscimo de cerca de 5%, o que, em valor absoluto, se traduziu em 50.280€.
- b) Contempla as Vendas e Prestações de serviços de:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Vendas				
Mercadorias	502 010	453 527	-48 482	-9,66%
Produtos acabados e intermédios	18 579	58 318	39 739	213,89%
Prestações de serviços				
Saneamento	228 116	225 927	-2 189	-0,96%
Resíduos Sólidos	162 033	156 815	-5 219	-3,22%
Cemitérios	2 171	2 734	563	25,94%
Mercados e Feiras	14 472	9 053	-5 419	-37,45%
Instituições Culturais e Recreativas	21 432	17 090	-4 342	-20,26%
Outros	2 556	2 563	7	0,28%
Rendas e alugueres	82 921	49 340	-33 581	-40,50%
Outros	110	10	-100	-90,91%
Total	1 034 399	975 376	-50 280	-4,86%

- c) Analisámos a evolução mensal da conta e verificámos os documentos de suporte aos valores mais importantes tendo validado o saldo da conta.
- d) No final validámos e aceitámos o saldo da conta.



**3.4.2.2 - Impostos e Taxas**

a) Inclui os impostos e taxas cobrados pelo Município:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Impostos				
IMI	525 932	511 300	-14 632	-2,78%
Imposto Circulação	89 565	91 433	1 868	2,09%
IMT	169 180	560 894	391 714	231,54%
Derrama	35 577	26 640	-8 937	-25,12%
Impostos indiretos	770	1 622	852	110,65%
Total	821 024	1 191 888	370 864	45,17%
Taxas				
Loteamentos e Obras	12 442	34 118	21 676	174,21%
Total	12 442	34 118	21 676	174,21%
Reembolsos e anulações	-4 889	-7 096	-2 207	45,15%
Anulações	0	-1 083	-1 083	-
Outros	9 617	10 221	604	6,28%
Total	838 194	1 228 048	389 853	46,51%

b) Verificaram-se aumentos, relativamente a 2016:

- no IMT 231,54%,
- Taxas 174,21%,
- IUC 2,09%,

e diminuições:

- Na derrama 25,12%.

No cômputo geral, a rubrica apresenta um aumento relativo de cerca de 46,51%.

c) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.

d) No final validámos os saldos.

3.4.2.3 - Trabalhos para a própria entidade

a) Não apresenta valores no ano de 2017.

b) Por deficiente implementação da contabilidade analítica não são registados os proveitos referentes a obras por administração direta, desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto, conforme nota 2.3 do ABDR.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SECURITARIA, S.A. - SOCIEDADE POR QUOTAS

3.4.2.5 - Proveitos Suplementares

a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Outros proveitos suplementares	38 497	32 324	-6 173	-16,04%
Bens não duradouros	4 712	0	-4 712	-100,00%
Total	43 209	32 324	-10 885	-25,19%

b) Tiveram uma variação negativa de cerca de 25%.

c) Analisámos os movimentos e validámos o saldo da mesma.

3.4.2.6 - Transferências e Subsídios Obtidos

a) São contabilizados nesta conta:

i) as transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 - Subsídios para investimentos.

ii) os subsídios obtidos, nos termos da lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

b) Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
FEF corrente	4 882 806	5 043 368	160 562	3,29%
FSM	101 565	101 565	0	0,00%
IRS	107 571	91 298	-16 273	-15,13%
Outras	551 000	455 593	-95 406	-17,32%
FEF Capital	542 534	560 374	17 840	3,29%
Cooperação técnica e financeira	0	46 284	46 284	-
Exterior	159 024	1 827	-157 196	-98,85%
Total	6 344 500	6 300 310	-44 189	-0,70%

c) No cômputo geral, relativamente a 2016, apresenta um decréscimo de 44.189€.

d) Analisámos mensalmente as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização das mesmas, pelo que validamos os saldos.



**3.4.2.7 - Proveitos e Ganhos Financeiros**

- a) A conta inclui Juros obtidos e rendimentos de aplicações financeiras devidamente desagregada de acordo com a origem dos proveitos obtidos, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Juros obtidos	34	47	13	39,08%
Rendimentos de imóveis	324 956	318 868	-6 088	-1,87%
Rendimentos de participações de capitais	0	346	346	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	815	893	78	9,62%
Total	325 804	320 154	-5 650	-1,73%

- b) Tiveram uma variação negativa de cerca de 2%.
- c) Analisámos mensalmente a obtenção destes proveitos tendo validado os mesmos.

3.4.1.8 - Proveitos Extraordinários

- a) Inclui:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Ganhos em existências	54	182	128	238,95%
Ganhos em imobilizações	3 550	3 889	339	9,55%
Benefícios de penalidades contratuais	408	31 032	30 624	7498,11%
Reduções de amortizações e provisões	49 546	229 998	180 452	364,22%
Correções de Exercícios Anteriores	31 248	8 466	-22 782	-72,91%
Outros	157 189	220 044	62 855	39,99%
Total	241 995	493 611	251 616	103,98%

- d) Analisámos, por amostragem, os movimentos da conta.
- e) A subida destes proveitos deve-se à rubrica de reduções de amortizações e provisões, que tiveram como contrapartida os resultados transitados.
- f) Validámos os saldos apresentados.



**4. ENDIVIDAMENTO**

Dívida Total (31-12-2017)						Montante em excesso	Margem	Variação da dívida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Variação do excesso de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM					
(11)	(12)	(13)=(11)+(12)	(14)	(15)	(16)=(13)-(14)-(15)	(17)=(16)-(1), se (16)>(1) ou [(7)+(10)], se (10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1)	(18)=(1)-(16), se (16)<(1) ou (18)=[(7)+(10)] - (16), se (10)>0 e (7)+(10)>(16)	(19)=(16)/(7)-1	(20)=(17)/(8)-1	(21)=[(10)-[(16)-(7)]], se (10)>0 e (16)<[(7)+(10)]
17 653 978	42 600	17 696 578	47 801	244 118	17 404 660	5 800 889		-5,73%	-15,42%	

- a) O quadro transcrito acima reflete a situação do município em 31/12/2017, de acordo com dados da DGAL, que não cumpre o limite de dívida total, não tendo margem para a obtenção de empréstimos.
- b) Relativamente ao final de 2016, a dívida a terceiros teve uma descida de 5,73%.
- c) No conjunto, verificou-se uma melhoria ao nível do endividamento do Município.





14

5. CONTROLO ORÇAMENTAL

5.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do orçamento corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores como a compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.
3. Verificamos cerca de 63% da despesa paga no ano e cerca de 81% da receita cobrada.
4. Os compromissos por faturar devem regularmente ser verificados por forma a averiguar da sua anulação ou não e desta forma não afetar negativamente os fundos disponíveis.
5. Existem pagamentos em atraso.
6. O Município encontra-se a cumprir os parâmetros definidos no Plano de Ajustamento Municipal.
7. O orçamento para 2017, apresentava-se como se segue:

Orçamento Inicial €	2017
Despesas	
Correntes	9.979.869
Capital	3.351.217
Total	13.331.086
Receltas	
Correntes	8.675.737
Capital	4.655.349
Total	13.331.086

9. Após as modificações e as alterações orçamentais que durante o ano lhe foram introduzidas, o orçamento apresentava o seguinte quadro:

Orçamento Corrigido €	2017
Despesas	
Correntes	10.781.306
Capital	3.327.725
Total	14.109.031
Receltas	
Correntes	8.675.738
Capital	5.155.350
Reposições	915
Saldo Gerência	277.029
Total	14.109.031





7. As modificações e alterações orçamentais provocaram, relativamente ao orçamento inicial um acréscimo da despesa e da receita de 5,84%, sendo que ao nível das despesas de correntes que tiveram um acréscimo de 8,03%, e ao nível das despesas de capital foram corrigidas em baixa em 0,70%.

5.2 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorreremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise à execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2016.

2. Em termos de rácios optámos por analisar relativamente os seguintes:

Rácios	31/12/16	31/12/17
Peso da Receita Própria na Receita Total	6,56%	11,68%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	98,19%	82,38%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	39,33%	80,93%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	60,67%	19,07%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	38,98%	32,88%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	154,24%	23,56%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	54,30%	7,72%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	11,90%	68,93%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:

a) O peso da receita própria na receita total é relativamente baixo, pelo que o Município (aliás como quase todos) está muito dependente das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). O rácio porém, apresenta um acréscimo relativamente a 2016.

b) A receita corrente apresenta-se inferior à Despesa Correntes, tendo inclusive assumido uma diminuição relativa de 98,19% em 2016 para 82,38% em 2017.

c) O peso da despesa corrente na despesa total em 2017 é de 80,93%, enquanto que em 2016 havia sido de 39,33%, fruto essencialmente pelo acréscimo da aquisição de bens e serviços (1.606.404€).

d) O peso das despesas de capital na despesa total, apresenta uma diminuição relativa. Em 2017 é de 19,07%, enquanto que em 2016 eram de 60,67%.

e) O peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes diminuiu de 38,98% em 2016 para 32,88% em 2017.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

RUAS - RUA DO MONTEPIO, 218 - 2180-001 MARINHA GRANDE

14

f) As **despesas de capital** equivaleram em 2017 a 23,56% das despesas correntes. Em 2016 equivaleram a 154,24%.

g) O peso do **serviço da dívida** (juros + amortizações capital) na **despesa total** foi em 2017 de 7,72% quando em 2016 foi de 54,30%. Note-se que os passivos Financeiros tiveram uma quebra de 10.192.658€.

h) No peso dos **investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital) verifica-se um aumento relativo de 11,90% em 2016 para 68,93% em 2017.





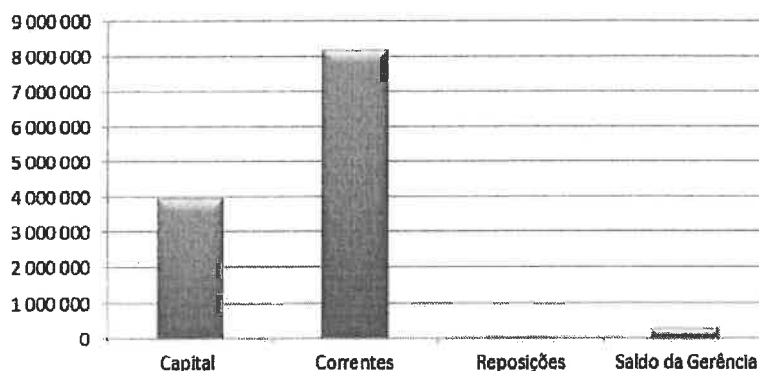
5.3 Análise das Despesas e Receitas Municipais

5.3.1 Receita

1. O quadro seguinte apresenta a execução da receita de 2017:

Receitas	Dotações Corrigidas	Estrutura	por cobrar início ano	Cobrada Líquida	Estrutura	por cobrar final ano	Grau de Execução	
							2016	2017
Capital	5 155 350	36,54%	446 939	3 955 706	31,86%	380 247	85,48%	76,73%
Correntes	8 675 738	61,49%	678 497	8 176 886	65,86%	707 987	93,27%	94,25%
Reposições	915	0,01%	0	6 225	0,05%	2 041	111,772%	680,60%
Saldo da Gerência	277 029	1,96%	0	277 029	2,23%	0	100,00%	100,00%
Total	14 109 031	100,00%	1 125 436	12 415 845	100,00%	1 090 275	88,38%	88,00%

2. Das receitas previstas corrigidas, foram executadas 76,73% das de capital e 94,25% das correntes, sendo que a execução global da receita foi de 88%.
3. Se comparada a execução da receita com a de 2016, verifica-se que a execução global, passou de 88,38% para 88%, tendo a execução das receitas de capital passado de 85,48% em 2016 para 76,73% em 2017 e as correntes de 93,27% para 94,25%.
4. O que graficamente, quanto ao grau de execução, se apresenta do seguinte modo:

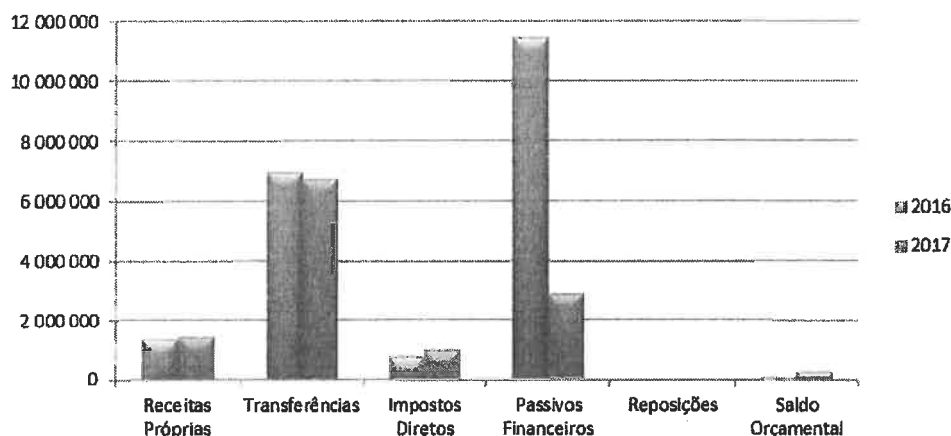




5. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2016 e de 2017, apresenta-se da seguinte forma:

Rubricas	€		Variação €	
	2016	2017	Real	%
Receitas Próprias	1 351 479	1 450 698	99 219	7,34%
Transferências	6 970 334	6 753 104	-217 230	-3,12%
Impostos Diretos	761 081	1 023 790	262 709	34,52%
Passivos Financeiros	11 425 000	2 905 000	-8 520 000	-74,57%
Reposições	5 589	6 225	636	11,38%
Saldo Orçamental	102 523	277 029	174 505	170,21%
Total	20 616 006	12 415 845	-8 200 161	-39,78%

6. O que graficamente se apresenta como:



7. Verifica-se que o peso das transferências do Estado nas Receitas do Município, que representaram em 2016, 33,81% do total foi em 2017, 54,39%. Por outro lado, continua baixa (ainda que tenham melhorado 7,34%) a comparticipação das receitas próprias que representa, em 2017, 11,68% das receitas.
8. Para as receitas do ano contribuíram ainda, os saldos de gerência. Representaram 0,50% em 2016 e 2,23% em 2017.
9. De notar que o peso dos Impostos diretos no total das receitas cobradas foi de 3,69% em 2016, tendo subido para 8,25% em 2017. Uma subida de 262.709€.
10. No cômputo geral, a execução da receita em 2017 teve um comportamento inferior ao de 2016, dado que no ano de 2016 foram contraídos empréstimos de valores superiores ao do ano de 2017, pelos que os passivos financeiros influenciaram as receitas do ano.





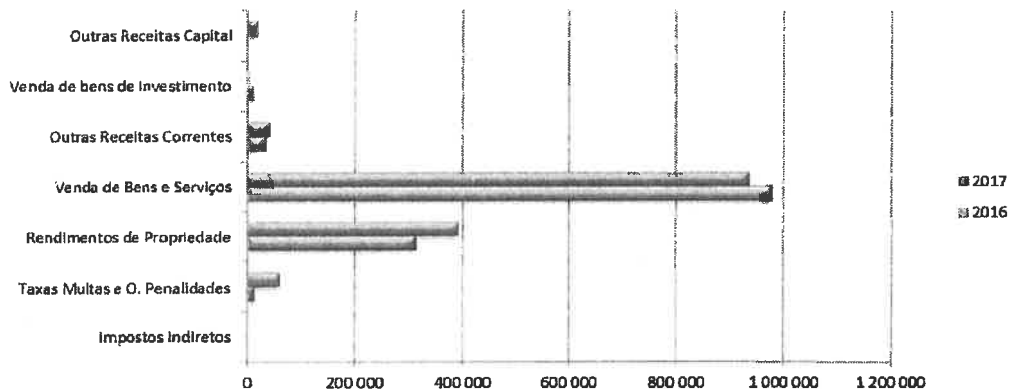
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SISTEMA DE CONTABILIZAÇÃO POR DEBITOS E CREDITOS

11. Quanto às receitas próprias apresentaram os seguintes valores de execução nos anos de 2016 e de 2017:

Rubricas	€		Variação	
	2016	2017	Real €	%
Impostos Indiretos	770	1 622	852	110,65%
Taxas Multas e O. Penalidades	13 823	60 011	46 188	334,15%
Rendimentos de Propriedade	312 963	390 704	77 741	24,84%
Venda de Bens e Serviços	979 607	935 855	-43 751	-4,47%
Outras Receitas Correntes	33 979	39 930	5 951	17,51%
Venda de bens de Investimento	10 338	2 863	-7 475	-72,31%
Outras Receitas Capital		19 713	19 713	-
Total	1 351 479	1 450 698	99 219	7,34%

12. O que graficamente se traduz em:



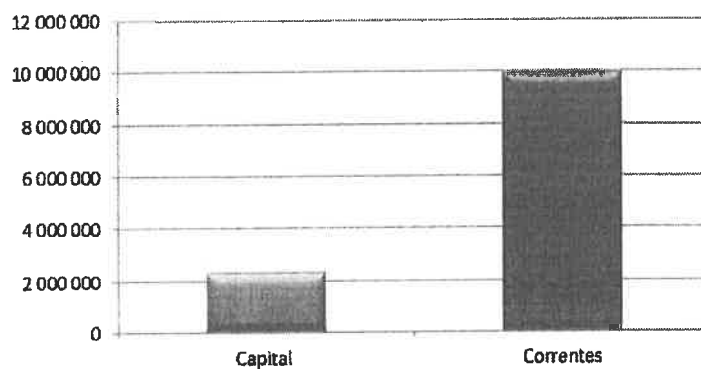


5.3.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2016 e de 2017:

Rubrica	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	Grau de Execução	
							2016	2017
Capital	3 327 725	23,59%	21 321 861	2 338 856	19,07%	798 109	96,60%	70,28%
Correntes	10 781 306	76,41%	13 828 605	9 925 715	80,93%	642 581	79,38%	92,06%
Total	14 109 031	100,00%	35 150 466	12 264 572	100,00%	1 440 690	89,00%	86,93%

2. O que graficamente, e comparando o ano de 2016 com o de 2017, se traduz em:



3. Verifica-se que, o grau de execução da despesa foi de 86,93% em 2016, abaixo da execução de 2016 que foi de 89%. A despesa líquida de capital paga foi de 70,28% da dotação para o ano em 2017 e de 96,60% em 2016.



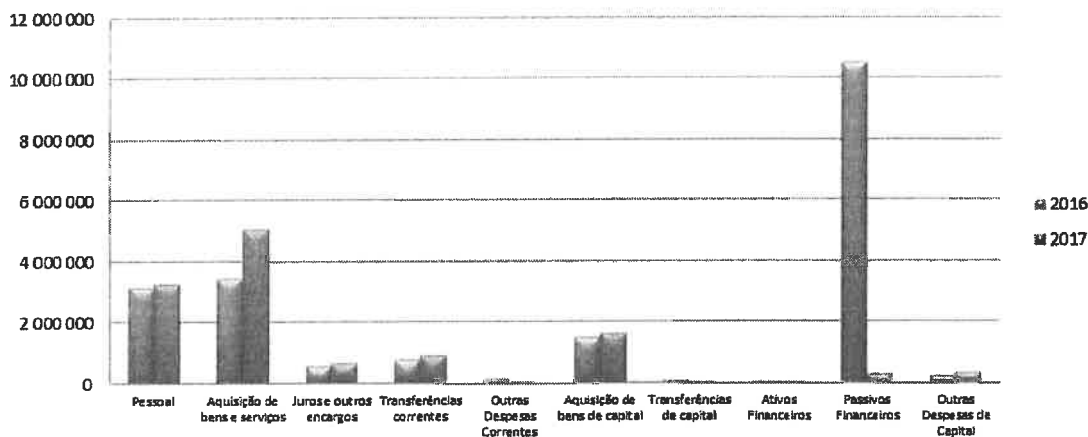


4

4. A estrutura da Despesa Municipal em 2016 e em 2017 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Estrutura da Despesa Municipal				
Rubricas	€		Variação	
	2016	2017	Real €	%
Pessoal	3 118 237	3 264 058	145 821	4,68%
Aquisição de bens e serviços	3 437 781	5 044 275	1 606 494	46,73%
Juros e outros encargos	552 398	647 733	95 335	17,26%
Transferências correntes	753 282	908 595	155 314	20,62%
Outras Despesas Correntes	138 285	61 054	-77 231	-55,85%
Aquisição de bens de capital	1 468 078	1 612 278	144 201	9,82%
Transferências de capital	86 157	53 805	-32 352	-37,55%
Ativos Financeiros	61 030	61 030	0	0,00%
Passivos Financeiros	10 491 170	298 511	-10 192 658	-97,15%
Outras Despesas de Capital	232 560	313 231	80 672	34,69%
Total	20 338 977	12 264 572	-8 074 406	-39,70%

5. O que, graficamente se traduz em:



6. Relativamente a 2016:

- As despesas com Pessoal aumentaram, relativamente a 2016, 4,68%.
- A aquisição de bens e serviços subiram 46,73%;
- Os juros e outros encargos aumentaram 17,26%;
- A aquisição de bens de capital aumentaram 9,82%;
- As transferências correntes aumentaram 20,62%;
- Os Passivos financeiros diminuíram 97,15%, face a praticamente não contratação de novos empréstimos.





7. As despesas pagas com o Pessoal nas Despesas do Município, que representavam 15,33% do total em 2016, em 2017 representam 26,61%. Em valores absolutos subiram 145.821€.
8. Do lado das despesas pagas, o peso relativo das aquisições de bens e serviços subiu significativamente relativamente a 2016 (aumento de 1.606.494€).
9. As transferências correntes pagas, aumentaram de 2016 para 2017 em 155.314€.
10. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital, é de 13,15% em 2017 contra 7,22% em 2016.
11. Os passivos financeiros pagos representaram em 2016, 51,58% da despesa paga (10.491.170€), tendo representado em 2017, 2,43% da despesa paga (298.511€).





5.4 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2017, é apresentada no quadro seguinte:

Plano Plurianual de Investimentos 2017 (€)						
Rubricas	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução	
	Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
Funções Gerais						
Administração geral	391 271			389 694	99,60%	99,60%
Total	391 271	0	0	389 694	99,60%	99,60%
Funções Sociais						
Educação	21 987			17 967	81,72%	81,72%
Saúde	5 410			1 621	29,96%	29,96%
Segurança e Ação Social	32 368			11 700	36,15%	36,15%
Habituação e Serviços Coletivos	421 976			363 821	86,22%	86,22%
Serv.culturais, recreat. e religiosos	116 443	16 749		116 431	99,99%	87,42%
Total	598 184	16 749	0	511 540	85,52%	83,19%
Funções Económicas						
Indústria e energia	118 457			108 268	91,40%	91,40%
Transportes e comunicações	1 116 423	38 975		454 931	40,75%	39,37%
Comércio e turismo	5				0,00%	0,00%
Outras funções económicas	3				0,00%	0,00%
Total	1 234 888	38 975	0	563 198	45,61%	44,21%
Outras funções						
Operações da dívida autárquica	298 541	17 477 336		298 511	99,99%	1,68%
Diversas não especificadas	803 585	22 962		575 575	71,63%	69,64%
Total	1 102 126	17 500 298	0	874 087	79,31%	4,70%
Total	3 326 468	17 556 022	0	2 338 519	70,30%	11,20%

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2017 representa 70,30% do total previsto para o ano.

3. As rubricas ao nível das Funções Sociais que mostraram maior índice de execução no ano são:

- As de Serviços culturais, recreativos e religiosos (99,99%).
- Habituação e serviços coletivos (86,22%);
- Educação (81,72%).

4. As nível das funções económicas de destacar a execução de:

- Indústria e energia (91,40%);
- Transportes e comunicações (40,57%).

5. O nível de execução Global do PPI está nos 11,20%, no final do ano de 2017.





6 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

1. A Lei 73/2013 no artigo 40º define nos pontos 2 e 4:

“2- A receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”

4- para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efetivo.”

E no artigo 83º:

“Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.”

2. Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos 1.007.375€, de acordo com o quadro seguinte, formada a partir da informação da DGAL:

N.º contrato	Prazo do contrato em anos	Anos decorridos	Anos remanescentes	Capital		Dívida no início do período	Dívida no final do período	Dívida no final do período 31/12/2013	Amort media empréstimos
				Contratado	Utilizado				
0012000993991	20	13	7	1 995 192	1 995 192	471 963	433 696	1 044 539	149 220
9015003388491	20	7	13	118 660	118 660	40 376	38 489	67 853	5 219
9140013635491	20	9	11	577 173	577 173	275 142	256 924	399 642	36 331
9015004000791	20	9	11	32 168	32 168	14 790	13 812	21 467	1 952
9015004439891	20	8	12	216 988	216 988	216 988	216 988	251 203	20 934
9015004439891	20	8	12	416 988	416 988	96 951	96 951	216 988	18 082
9015004565391	15	8	7	51 549	51 549	13 869	12 803	29 650	4 236
1739612830007	20	7	13	802 249	802 249	445 104	433 074	624 037	48 003
9015005108491	20	5	15	138 964	138 964	73 873	71 877	103 477	6 898
1	20	0		16 579 276	14 330 000	14 330 000	14 330 000		716 500
Total				20 929 207	18 679 931	15 979 055	15 904 613		1 007 375

3. O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:

Equilíbrio Orçamental 2017	
Receita corrente bruta Cobrada	8 183 954
Despesa corrente paga	9 925 715
Amortização emp ^{os} ML Prazo	1 007 375
Total	10 933 090
Déficit	-2 749 136





4. O Município mantém-se em desequilíbrio orçamental.
5. O *déficit* é de 2.749.136€.
6. O Município tem em curso um Plano de Ajustamento Municipal, que está a cumprir.

7 CONTROLO INTERNO

1. Analisámos o funcionamento do controlo interno que está definido em regulamento próprio.
2. De uma forma geral o seu funcionamento não se afastando significativamente do estipulado no regulamento interno, contém algumas inconformidades entre o regulamentado e a prática.
3. Assim, é nosso entendimento que se mantém o que dissemos em 2016, nomeadamente:

7.1 Documentos de suporte

- a) Ao nível dos documentos de suporte do POCAL:
 - i. Não é emitida a Guia de débito do Tesoureiro (SC-2).
- b) Ao nível dos documentos de suporte auxiliares de elaboração manual:
 - i. Não é emitido auto de carga;
 - ii. Não é emitido boletim de itinerário.
- c) A contabilidade de custos não está implementada.

7.2 Critérios ou métodos específicos

- a) As provisões para cobranças duvidosas não são criadas de acordo com o RCI.
- b) A depreciação de *stocks* não é analisada tendo em vista a criação de provisões.





7.3 Receita orçamental

- a) As guias de recebimento são feitas em triplicado, mas o serviço emissor não fica com cópia.
- b) Da folha de caixa depois de validadas pela Contabilidade e Presidência da Câmara fica cópia na contabilidade.
- c) Os saldos referentes às dívidas de Clientes/Utentes devem mensalmente ser controlados e analisados, utilizando balancetes.
- d) Devem ser enviadas cartas de circularização a terceiros, por amostragem, mas que representem uma amostra significativa. Esta circularização deve ser resumida em folhas de controlo.

7.4 Arquivo e gestão de bens Imobilizados

- a) Na contabilidade analítica deve-se apurar os custos dos trabalhos para a própria entidade, para valorizarem o património.
- b) A secção de Aprovisionamento e Património devem organizar os processos de alienação de imobilizado.

7.5 Inventariação de bens

- a) O controlo de inventários deve ser feito por um funcionário do controlo de inventários e um do Aprovisionamento.
- b) Anualmente deve ser feita comparação entre os registos contabilísticos e os do cadastro do imobilizado.

7.6 Aquisição e gestão de existências

- a) Se a receção de bens é feita pelos serviços, estes devem enviar no final do dia a guia de remessa ao Armazém para este movimentar os *stocks*.
- b) O armazém deve ter arquivo das GR e guias de entrada e enviar diariamente o original da GR à Contabilidade.





7.7 Controlo de inventário e existências

- a) A ficha de existências deve traduzir as mercadorias existentes em Armazém, pelo que deve ser implementado o sistema de inventário permanente.
- b) Deve haver avaliação periódica de existências para detetar deterioração, obsolescência ou ruturas das mesmas, que devem estar cobertas por provisões adequadas.
- c) Deve proceder-se a um corte de receção e entrega de existências para verificar:
 - i) que todas as requisições externas emitidas estão movimentadas;
 - ii) que todas as saídas estão refletidas nas fichas de inventário.
- d) Numa base de amostra deve ser verificado se as requisições internas existentes preenchem os requisitos necessários e se estão registados os movimentos de saída.
- e) No âmbito do processo de saída deve verificar-se se o custo assumido está de acordo com o critério de valorimetria utilizado e se existem documentos que suportem o movimento contabilístico.

7.8 Disponibilidades

Devem ser efetuadas, regularmente, auditorias aos meios monetários.

7.9 Gestão dos meios monetários

- a) Quando da correspondência recebida, com meios de pagamento, pelo expediente e registada em livro próprio, deve ser mencionado:
 - i. Número do cheque ou vale;
 - ii. Banco e respetivo valor.
- b) Os cheques devem ser emitidos pela contabilidade de acordo com os documentos de despesa.
- c) Os cheques não preenchidos devem estar à guarda da contabilidade, bem como os anulados que devem ter as assinaturas anuladas.
- d) A contabilidade deve arquivar cópia dos cheques emitidos.
- e) Sempre que o pagamento é por transferência bancária, esta deve ser emitida na contabilidade e enviado original ao Presidente e remetida à tesouraria para pagamento.





- f) O tesoureiro deve receber diariamente as liquidações multibanco que deve conferir com a conta do banco.
- g) Os valores na tesouraria devem ser verificados, por funcionário não afeto à Tesouraria:
 - i) Trimestralmente sem aviso prévio;
 - ii) No encerramento das contas do exercício;
 - iii) No final do mandato;
 - iv) Em caso de substituição do Tesoureiro.
- h) Destas contagens devem ser lavrados termos de contagem assinados pelos intervenientes e pelo Presidente.

7.10 Fundos de manei

Os titulares devem remeter à contabilidade mapa onde constem todos os pagamentos efetuados e os documentos de suporte, para que o fundo seja reconstituído.

7.11 Subsídios protocolos e outros acordos de financiamento

Antes da deliberação de concessão, a contabilidade deve elaborar sempre proposta de cabimento.

7.12 Passivos financeiros

Devem efetuar-se os seguintes testes:

- i. Análise da conformidade dos procedimentos;
- ii. Validação dos valores amortizados e contabilizados, com recurso a amostragem;
- iii. Confirmar os juros contabilizados;
- iv. Validar dos valores amortizados e contabilizados.

7.13 Controlo orçamental

- a) Os compromissos por faturar devem regularmente ser verificados por forma a averiguar da sua anulação ou não e desta forma não afetar negativamente os fundos disponíveis.





- b) O Município cumpriu a redução do número de trabalhadores previsto no nº 62º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.

8 FACTOS SUBSEQUENTES

Nada a relevar.

9 RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.

10 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade.

11 CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, que contém alguns aspetos a ter em conta, que consubstanciamos em 2 Reservas e 1 Ênfase.





11.1 Reservas

Ficam a dever-se aos factos que considerámos afetarem de forma significativa as demonstrações financeiras, impedindo, que elas dêem uma imagem verdadeira e apropriada das contas do Município.

São factos constantes de pontos deste relatório e tem a ver com:

- a) O saldo do imobilizado em curso continua elevado em 2017, cerca de 22,3 milhões de euros (24,8 milhões de euros em 2016). Segundo nota 2.6 do Anexo às demonstrações financeiras, a totalidade das obras encontra-se concluída. No decorrer do ano de 2016 iniciou-se o processo de identificação e preparação para transferir o imobilizado para firme, procedimento que será concluído em 2018. Da nossa análise, e tendo em conta que grande parte desse imobilizado diz respeito a imóveis e, por isso, considerando uma taxa de amortização média de 2%, as amortizações do exercício estão subavaliadas em 450.000€, e as amortizações acumuladas subavaliadas em valor incerto.
- b) O saldo de clientes de cobrança duvidosa é, a 31/12/2017, de 567.365€ e o saldo das provisões constituídas (287.192€). Apesar de constituídas de acordo com o critério do POCAL, as provisões são insuficientes em cerca de 280.000€ ao necessário para cobrir os saldos em risco.

11.2 Ênfases

Ficam a dever-se aos factos que considerámos que, ainda que podendo afetar as demonstrações financeiras, não as afetando como um todo, uns por serem de pequeno significado outros por não se deverem à forma como Município as considera, mas a entendimentos externos.

São elas:

- a) O Município mantém-se em desequilíbrio orçamental.

11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)

Divergências de pequeno valor a corrigir em 2018 e que não afetam de forma significativa as Demonstrações Financeiras vistas no seu conjunto por estarem abaixo do nível de materialidade consentido. São ações a ter em conta no futuro. Todos estes aspetos encontram-se descritos ao longo do relatório.





Imobilizado

- a) Relativamente à participação na EDC Mármore, SA, não nos foi possível, por não existirem contas disponíveis, emitir opinião sobre a sua implicação na dívida do Município. A participada, à data de 31/12/2015, reunia as condições para dissolução ou alienação ao abrigo do artigo 62º da Lei 50/2012. Foi aprovada em reunião de camara de 24/6/2016 e pela Assembleia Municipal de 24/2/2017 a alienação da participação.
- b) Os bens cedidos ao abrigo de contratos de concessão deveriam ser identificados e registado em investimentos financeiros.

Existências

Existem no inventário vários itens sem rotação nos últimos 3 anos. Deve ser averiguada a sua razoabilidade por forma a concluir se vão ser utilizados no futuro ou se devem ser constituídas provisões.

Fornecedores faturas em receção e conferência

O saldo de faturas em receção e conferência deve ser analisado em 2018 para que não seja reconhecido nesta conta saldo que já deveria estar reconhecido em conta corrente. Define-se como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias, sendo permitido o prazo máximo de 30 dias.

Outros Credores - Curto Prazo

- a) O saldo do FAM a ser pago em 2018 (cerca de 60.000€), deveria estar reflectido em curto prazo.
- b) O saldo de anos anteriores da conta 268892 deve ser analisado em 2018 por forma a aferir da sua cobrabilidade.
- c) Conforme referido no ponto 2.26 do Anexo existem garantias prestadas pelo Município a terceiros não refletidas.

Acréscimos de Custos

Está por regularizar o acréscimo de juros constituído em 2016. Deve ser regularizado em 2018.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

REVISTA DE CONTABILIDADE E FISCALIDADE

Proveitos Diferidos

A rubrica de proveitos diferidos encontra-se sobreavaliada. Existem bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em funcionamento, não tendo transitado para imobilizado firme e consequentemente sujeitos a amortização e a reconhecimento de proveito de subsídios ao investimento. De acordo com o ponto 2.7 do Anexo às demonstrações, estima-se que os proveitos estão subavaliados em 78.750 euros.

Transferências e Subsídios Concedidos

Todas as transferências efetuadas pelo Município devem ser suportadas por documento valido emitido pelo beneficiário do mesmo (fatura, fatura/recibo). Quando por motivos legais não existir obrigatoriedade para emissão de fatura ou recibo, deve-se solicitar que a entidade beneficiária assine e carimbe a nota de pagamento.

Trabalhos para a própria entidade

Por deficiente implementação da contabilidade analítica não são registados os proveitos referentes a obras por administração direta, desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto, conforme nota 2.3 do ABDR.

12 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao executivo e aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Contabilidade e, aos Serviços de Consultoria Contabilística, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

Marinha Grande, 24 de abril de 2018

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SECURELÉ G.L. REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **MUNICÍPIO DE ALANDROAL** (a Entidade), que compreendem a o balanço em 31/12/2017 (que evidencia um total de 43.327.260 euros e um total de fundos próprios de 14.683.242 euros, incluindo um resultado líquido de 884.922 euros), a demonstração dos resultados e os Mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 12.264.572 euros de despesa paga e um total de 12.422.914 euros de receita cobrada bruta relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MUNICÍPIO DE ALANDROAL** em 31/12/2017, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião com reservas

No decorrer do ano de 2016 iniciou-se o processo de identificação e preparação para transferir o imobilizado em curso para firme, procedimento que será concluído em 2018. Da nossa análise, e tendo em conta que grande parte desse imobilizado diz respeito a imóveis, considerando uma taxa de amortização média de 2%, as amortizações do exercício estão subavaliadas em 450.000 euros.

As provisões para clientes são insuficientes em 280.000 euros.

No resto, a nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo “Bases para a opinião com Reservas”, temos a referir que o Município está em desequilíbrio orçamental.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de atividade nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISÃO DE CONTAS, SROC, LDA

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marinha Grande, 24 de abril de 2018

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques-ROC nº 620

